JORNAL
CONSAD
CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

NÚMERO 13 | JULHO 2010

Consad discute agenda do Congresso Nacional

Secretários de Administração de 18 Estados discutem projetos que impactam diretamente nas contas estaduais. Posição foi registrada na Carta de Maceió, que alerta para riscos de PEC que cria piso nacional para PMs

O debate sobre o trâmite de Projetos de Lei (PL) e de Emenda Constitucional (PEC) foi o destaque do segundo dia do 78º Fórum Consad, realizado em Maceió. A partir da apresentação realizada pela assessoria do deputado Hugo Leal (Partido Social Cristão), os secretários puderam avaliar os riscos de projetos cujos resultados são aumentos lineares para diversas categorias, o que afeta diretamente as contas estaduais.

A proposta de Emenda Constitucional (PEC) 446 – que cria piso nacional para as categorias de policiais e bombeiros – é a que mais preocupa. Na avaliação dos secretários, é um equívoco propor a inclusão de piso salarial na Constituição Federal.

"Outro risco de legislar no Congresso sobre salários de servidores estaduais é ferir o pacto federativo. Os custos dessas propostas devem ser avaliados pelas administrações estaduais que terão que absorver qualquer despesa adicional na folha de pagamento", resume o presidente do Consad, Sérgio Ruy Barbosa.

Continua na página 2

Planejamento, BID e Consad discutem novo convênio

Objetivo é apoiar a modernização das gestões estaduais. O PNAGE, em vigor desde 2002, termina em 2010. Desafio é superar as dificuldades que atrasaram a primeira versão em pelo menos cinco anos.

Página 3

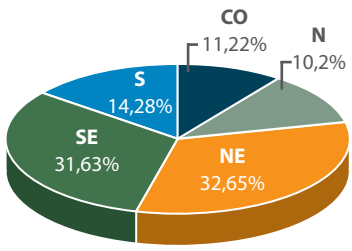
78º Fórum Consad reúne 18 secretários

Encontro, em Maceió, reuniu 18 secretários e participantes de todo o Brasil. AL apresentou exemplo de reforma da Previdência; já o RS mostrou projetos de reestruturação do sistema de compras e da gestão da frota.

Página 4

Congressos Consad atraíram 5 mil pessoas

ORIGEM DOS PARTICIPANTES



Página 4

| EDITORIAL

Garantia institucional

Trocar experiências e refletir sobre a agenda administrativa dos Estados é, há quase duas décadas, o principal objetivo dos Fóruns do Consad. Esse processo se intensificou nos últimos anos com o esforço de modernização que mobiliza todo o país e fica claro nesta edição do Jornal do Consad.

Esse esforço de modernização, porém, não pode ser tarefa apenas dos servidores ou das lideranças políticas que, este ano, serão mais uma vez cobradas pelos eleitores pelos resultados alcançados ou não.

Como mostra a reportagem de capa desta edição, toda a sociedade precisa estar alerta para evitar retrocessos, como a PEC 446. Estabilidade institucional e equilíbrio fiscal são conquistas recentes do Brasil, mas é preciso conscientização em todos os níveis, todas as esferas e todos os Poderes para assegurar a continuidade deste processo.

Sérgio Ruy Barbosa

EXPEDIENTE:
REDAÇÃO E EDIÇÃO: FSB Comunicações
FOTOS: André Molina
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: FSB Comunicações
IMPRESSÃO: Gráfica Alpha
TIRAGEM: 1.500 exemplares

CONSAD:
Endereço: SRTVS | quadra 701| lote 4 | bloco O | entrada A | salas 128-130
Cep: 70340-000 | Brasília-DF
Telefax: (61) 3322-5520
E-mail: consad@consad.org.br
Site: www.consad.org.br
Secretária-Executiva: Iracy Gomes Nunes

Secretários defendem autonomia de Estados e municípios

A apresentação realizada pela assessoria do deputado Hugo Leal (Partido Social Cristão) no 78º Fórum Consad indicou que, atualmente, o Congresso Nacional analisa 16 projetos com conteúdo corporativo, ou seja, que beneficiam categorias específicas. Além de a maior parte impactar diretamente nas contas dos Estados, preocupa os secretários que entre as propostas estejam 13 Projetos de Emendas Constitucionais (PEC).

Para os secretários, trata-se de uma tentativa de interferência na administração dos Estados. Por isso, um dos grandes desafios é garantir que as unidades da Federação sejam ouvidas. O risco, dizem, é a aprovação em Brasília de projetos cujo impacto fiscal para a esfera pública não é claro ou não é levado em conta, principalmente em ano de eleições.

Apesar das críticas dos secretários, os assessores do PSC apresentaram a iniciativa do Congresso na área de educação como um bom exemplo de ação parlamentar. "O piso salarial nacional da categoria só foi instituído após a definição do orçamento", afirma a especialista em processo legislativo, Regina Pereira Games.

O presidente do Consad alerta, porém, que a legislação aprovada para a área de educação também está sendo questionada. "O Congresso estabeleceu que a União apoiaria os Estados que não têm condições de pagar o piso, mas a própria Constituição proíbe a União de repassar recursos para Estados e municípios para pagar remuneração de pessoal", diz. ●

Propostas "Corporativas" no Congresso Nacional

1. **PEC 446/09 E PEC 300/08 -** Fixa piso salarial para policiais e bombeiros militares e policiais civis.
2. **PEC 308/04 -** Institui a Polícia Penitenciária nas esferas federal e estadual, destinada a assumir os encargos de guarda, escolta e recaptura de presos condenados ou custodiados pela Justiça.
3. **PEC 549/06 -** Equipara o salário inicial de delegado de polícia ao de integrante do Ministério Público .
4. **PEC 270/08 -** Dá ao servidor aposentado por invalidez o direito a receber permanentemente proventos integrais.
5. **PEC 59/07 -** Cria a Polícia Portuária Federal, transformando 1.500 guardas portuários em policiais federais, cujo salário inicial é de R$ 13.368,00.
6. **PEC 479/05 -** Torna estáveis os agentes de combate às endemias da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) que estão atuando há nove anos ou mais.
7. **PEC 488/05 -** Inclui os empregados do extinto Banco de Roraima cujo vínculo funcional tenha sido reconhecido no quadro da administração federal.
8. **PECs 3/07 e 210/07 -** Restabelecem o adicional por tempo de serviço na remuneração de magistrados e membros do Ministério Público.
9. **PEC 556/02 -** Dá aos seringueiros os mesmos direitos concedidos aos ex-combatentes, como aposentadoria especial e pensão especial.
10. **PEC 2/03 -** Permite que os servidores públicos requisitados optem pela alteração de sua lotação funcional do órgão cedente para o órgão cessionário.
11. **PEC 457/05 -** Aumenta para 75 anos a aposentadoria compulsória para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Consad, Ministério do Planejamento e BID negociam renovação do PNAGE

Consad, Ministério do Planejamento e BID negociam renovação do PNAGE

Ministério do Planejamento, Consad (Conselho Nacional de Secretários de Administração) e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) terão, nos próximos meses, uma agenda intensa de negociação em torno do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento de Estados e do Distrito Federal. Além dos esforços para prorrogar o atual programa por mais dois anos, o desafio das novas linhas é superar as dificuldades que fizeram com que essa primeira versão do convênio tenha levado cinco anos para sair do papel.

Foram R$ 146 milhões oferecidos aos Estados para projetos de modernização, dos quais apenas R$ 103 milhões acabaram efetivamente contratados. O secretário de Gestão do MPOG, Tiago Falcão, explica que, entre 2008 e 2009, houve um aumento significativo nas contratações. O atraso, porém, fez com que a agenda eleitoral atrapalhasse os desembolsos para o projeto, o que explica a necessidade de prorrogação.

"Pelas regras da Secretaria do Tesouro Nacional, por conta das eleições, após 1º de junho só podem ser feitos desembolsos para projetos que estejam com 90% dos recursos repassados com as devidas prestações de contas", explica. "Sem a garantia da execução, a União não pode pedir reembolso dos recursos ao BID".

O presidente do Consad e secretário de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro, Sérgio Ruy Barbosa, afirma que o Conselho está negociando com o Tesouro para evitar o impacto negativo da suspensão dos repasses durante o período eleitoral. Segundo ele, a melhor solução é a prorrogação do programa por mais dois anos. "A suspensão dos repasses coloca em risco a continuidade das iniciativas e, no limite, até a legitimidade do programa", diz.

Falcão aconselha também as secretarias e o Consad a concentrarem os esforços na renovação do convênio. "É mais importante adiantar a discussão sobre a prorrogação da vigência do que tencionar a agenda com o Tesouro Nacional", diz.

Mesmo com as negociações ainda em andamento, o consultor do BID, Pedro Farias, informa que a instituição pretende colocar consultores que ajudarão na formatação dos projetos à disposição dos Estados. "Acreditamos que isso agilizará as aprovações e a execução das iniciativas", defende.

> "A AGENDA PARA UM NOVO CONVÊNIO É CONSENSO. PRECISAMOS AVANÇAR NA DISCUSSÃO DOS MECANISMOS."

Foto: Pedro Farias / BID

Case: Novo sistema de controle para Gestão de Frota

O Rio Grande do Sul está implementando um novo sistema de controle de sua frota de veículos. A iniciativa interligou a base de dados do Departamento Estadual de Trânsito (Detran/RS) a todos os órgãos da administração direta e indireta, o que tornou o controle cadastral dos veículos totalmente automatizado. O abastecimento passou a ser feito por meio de um cartão eletrônico do Banrisul. O novo sistema gera relatórios que facilitam a identificação de situações irregulares. Foram feitas também mudanças na gestão da manutenção, que devem resultar em uma economia de 20% em 2010.

Congressos Consad atraíram 5 mil pessoas

Balanço dos três Congressos do Consad, apresentado pela consultora **Evelyn Levy**, mostra que mais de cinco mil pessoas passaram pelo evento, realizado desde 2008. Pela avaliação da consultora, os congressos estão contribuindo para a formação de um grupo de servidores mais qualificado. Norte e Nordeste, onde o acesso a cursos e programas de capacitação é menor, têm registrado uma participação relativa de servidores maior que a de outras regiões.

O próximo Congresso Consad acontece em Brasília, em maio de 2011. A reserva de estandes já pode ser feita com a Secretaria Executiva do Conselho.

Modernização da máquina em Alagoas

O GOVERNO DE ALAGOAS já contabiliza os benefícios de sua Reforma da Previdência. O Estado, que tinha um déficit de R$ 36 milhões/mês e conta com quase o mesmo número de servidores ativos e inativos, fez uma auditoria na folha de pagamento e encontrou cerca de 300 servidores já mortos cujos benefícios continuavam sendo pagos. Outras 600 pessoas sequer apareceram para o recadastramento. Na avaliação do secretário de Gestão de Alagoas, **Guilherme Lima**, a digitalização do processo de recursos humanos também ajudou a solucionar o problema. "É mais uma ferramenta que facilita as mudanças necessárias. O Estado gastava R$ 1,7 milhão para fazer folha de pagamento. Eram 80 automóveis circulando e 30 resmas de papel só para imprimir relatórios. Nossa meta é reduzir em 70% esse custo", diz.

Integração na área de TI

A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPGO) vai criar um Portal de Convênios. A idéia é reunir, em um mesmo ambiente, informações sobre os convênios existentes e dicas para a contratação das linhas. De acordo com a responsável pela área, **Nazaré Lopes**, essa é apenas uma das iniciativas do ministério para apoiar os Estados. Há ainda projetos para aumentar a integração e a padronização nas três esferas de governo. Novos sistemas, por exemplo, poderão ser adotados sem a necessidade de convênios.

RS recupera credibilidade com fornecedores

A reorganização do processo de compras do Rio Grande do Sul está trazendo benefícios concretos para as contas estaduais. A avaliação é da diretora-superintendente da Central de Compras, Carla Poeta. Segundo ela, a governadora Yeda Crusius assumiu o Estado com sérios problemas de caixa. "Havia fornecedores que não recebiam há mais de um ano. Ninguém queria vender para o Estado", conta. Com a reestruturação, o RS colocou as contas em ordem e, de acordo com a servidora, recuperou a credibilidade com os fornecedores.